

# Comunicado

## Não ao roubo no salário

O Partido Socialista, no governo e na administração do município de Loures, "são farinha do mesmo saco". No governo aprovam as leis, e desculpam-se com a crise económica. Na Câmara roubam no salário e desculpam-se com a lei. A verdade é que o PS está a roubar os trabalhadores.

**Subsídio de deslocação** – Foi criado em 1983, por iniciativa da CDU, para compensar os trabalhadores do município de Loures, que não tinham (nem têm) acesso ao refeitório municipal. Esta compensação salarial visava antes de mais restabelecer a igualdade de tratamento entre todos os trabalhadores do município. Ou seja, entre os que podem usufruir da regalia social dos refeitórios municipais e os que, por força do seu local de trabalho ser distante dos refeitórios ficam excluídos do usufruto da respectiva regalia social.

Agora a administração da Câmara PS, invocando a lei 12-A/2008, (lei da autoria do PS e uma das razões da Greve Geral de 2007) decidiu pôr fim ao subsídio de deslocação. Recorde-se que a lei invocada data de 2008. E é relevante que a mesma administração, no ano de 2009, em plena campanha eleitoral, tenha decidido alargar a aplicação do subsídio de deslocação a 594 trabalhadores das escolas. É preciso muita falta de vergonha para, em tempo de caçar votos, reconhecer legitimidade e ampliar a compensação salarial e, após a vitória, por maioria absoluta, decidirem roubar o subsídio a todos os trabalhadores.

**Opção gestonária** - Mais uma vez o executivo camarário age de má fé e discrimina trabalhadores. Primeiro prevê dotações orçamentais no valor de 494 mil euros para pagar aos trabalhadores dos Serviços Municipalizados, e de 500 mil euros para pagar aos trabalhadores da Câmara incluindo o pessoal não docente das escolas. Ora sendo os trabalhadores da CM e escolas em número muito superior aos dos SMAS, era fácil prever que seriam muitos os trabalhadores a ficarem excluídos do direito a receberem o pagamento da opção gestonária. O resultado está aí. Nos SMAS ficou por cumprir o pagamento das horas extraordinárias. Na câmara a discriminação e injustiça foi a consequência mais visível da aplicação da opção gestonária.

Os trabalhadores têm razão para estarem indignados e a luta é um direito que lhes assiste. O assalto aos salários tem de ser travado.

A célula do PCP no Município de Loures apela à unidade e solidariedade de todos os trabalhadores contra a discriminação e injustiça de que são vítimas centenas de colegas. A adesão às greves sectoriais marcadas pelo STAL, para os dias 1,2,3,4 de Fevereiro é a resposta necessária à ofensiva em curso.

## É tempo de dizer: basta de injustiças!